

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

O Estudo Técnico Preliminar foi realizado de acordo com os elementos previstos no §1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objetivo: Analisar a viabilidade e pertinência da contratação de empresa para a prestação de serviço de poda, corte e extração de árvores no Município de Itajaí, com dedicação exclusiva de equipe e equipamentos, para a Secretaria Municipal de Obras de Itajaí, conforme definido no DFD.

A contratação decorre da negativa de prorrogação contratual da atual empresa prestadora de serviços, através do contrato **040/2025**. O objeto está alinhado às diretrizes de economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Obras

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo	Matrícula	E-mail
Paulo Ricardo da Silva	Assessor	1629502	Paulo.ricardo@itajai.sc.gov.br
Adilaine Cristina Furtado	Assessora	1408805	Adilaine.furtado@itajai.sc.gov.br
Ana Paula Pelegrini	Assessora	1097803	Ana.pelegrini@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A contratação dos serviços descritos neste documento é justificada pela necessidade de manutenção constante e contínua, a fim de evitar que haja o crescimento desordenado de galhos, que podem trazer prejuízos a iluminação pública. Também a poda e manutenção visa conferir à árvore uma forma adequada, eliminando ramos mortos, danificados, doentes ou praguejados. Removendo partes da árvore que colocam em risco a segurança das pessoas e retirar partes das árvores que interferem ou causam danos às edificações e/ou equipamentos urbanos.

Há necessidade de cortes e extrações de árvores, localizadas em bens públicos, autorizadas pelo Órgão competente, cujos os crescimentos e suas raízes, possam trazer dano patrimonial há bens públicos e particulares.



3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano de Contratações Anual (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A contratação destes serviços está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), como item essencial para garantir a manutenção urbana eficiente no município de Itajaí.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Trata-se de serviço de execução indireta, a ser prestado por empresa especializada, considerando que a Administração não dispõe de frota própria suficiente e disponível para atender, de forma contínua, exclusiva e simultânea, as demandas regionais identificadas. A contratação possui natureza continuada, em razão da recorrência das atividades de poda, corte e extração de árvores necessárias à manutenção e conservação urbana.

Os principais requisitos da potencial contratação compreendem, de forma não exaustiva:

- a) Disponibilização de caminhão apto ao transporte de materiais/resíduos vegetais, equipamentos e insumos utilizados nas atividades da SMO e equipado para melhor execução dos serviços de poda, disponibilidade contínua dos veículos, de modo a assegurar a regularidade dos serviços durante toda a vigência contratual;
- b) Fornecimento de encarregado, com experiência e capacitado para condução dos serviços de poda, corte e extração de árvores e apoio às atividades correlatas;
- c) Fornecimento de mão de obra de podador, com experiência e capacidade para execução dos serviços de poda, corte e extração de árvores e apoio às atividades correlatas;
- d) Responsabilidade da contratada pelos custos operacionais, tais como manutenção preventiva e corretiva, seguro, encargos trabalhistas e demais despesas inerentes à prestação do serviço, conforme vier a ser definido no Termo de Referência;
- e) Observância de critérios mínimos de segurança e conservação dos veículos, garantindo condições adequadas de uso e mitigação de riscos operacionais;

Quanto à duração, a contratação deverá possuir vigência inicial de 12 (doze) meses, considerando a natureza continuada do serviço e a necessidade de garantir previsibilidade e eficiência operacional, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.



5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base na demanda operacional atual da Secretaria Municipal de Obras – SMO e das demandas operacionais dos Centros de Atendimento aos Cidadãos (CAC's), considerando a necessidade de atendimento realizada pelo atual contrato. Os quantitativos vêm do histórico contratual (175/2021 e 040/2025).

A estimativa das quantidades necessárias para a contratação dos serviços de poda, corte e extração de árvores em espaços públicos foi elaborada com base na análise do histórico de atendimentos realizados pela Secretaria Municipal de Obras, considerando os registros operacionais provenientes do sistema de controle de solicitações de serviços (conecta.i).

Para subsidiar a presente estimativa, foi utilizado relatório consolidado contendo as solicitações de serviços registradas e atendidas pela Secretaria, abrangendo demandas relacionadas à poda, corte, recolhimento de resíduos vegetais e serviços correlatos.

O referido relatório apresenta o histórico das solicitações encaminhadas à Diretoria de Conservação de Espaços Públicos e Paisagismo, contendo informações como número de protocolo, data da solicitação, tipo de serviço, diretoria responsável e situação da execução. No levantamento apresentado constam **2.546 registros de solicitações de serviços (desde agosto de 2019)**, evidenciando a demanda recorrente por serviços de manejo arbóreo no Município.

A análise do histórico de atendimentos demonstra que os serviços de poda e manejo de árvores são demandados continuamente ao longo do exercício, decorrentes de fatores como:

- manutenção preventiva da arborização urbana;
- interferência da vegetação na rede elétrica e sinalização viária;
- risco de queda de galhos ou árvores;
- solicitações da comunidade e de órgãos públicos;
- manutenção em escolas, praças, unidades públicas e vias urbanas;
- remoção e recolhimento de resíduos provenientes das podas.

Considerando o volume de solicitações registradas e atendidas pela Secretaria, bem como a necessidade de manutenção contínua da arborização urbana, as estimativas de quantitativos para a nova contratação foram definidas com base:

- I – no histórico de atendimentos realizados nos contratos vigentes e anteriores;
- II – na média mensal de demandas registradas no sistema de solicitações;
- III – na projeção da continuidade e crescimento das demandas de manutenção da arborização urbana.

Assim, os quantitativos previstos no presente Estudo Técnico Preliminar refletem a **demand real observada na execução contratual**, garantindo dimensionamento adequado da contratação e continuidade dos serviços prestados à população.



Total de Atendimentos registrados	2.546	Relatório conecta.i
Período	01/03/2019 a 16/03/2026	Dados históricos de execução no relatório
Total de dias analisados	2.572 dias	Período de levantamento no relatório
Total de semanas (aproximadamente)	367 semas	Média de 7 atendimentos por semana (6,93~)
Previsão para 12 meses de contrato	52 semanas	Projeção de 364 atendimentos no período contratual futuro

Portanto, para atendimento adequado das demandas identificadas, estima-se a necessidade de dois lotes:

Composição LOTE I - SMO

Cargo	Quantidade	Especificação
Encarregado – com experiência mínima de 2 anos – (CNH ‘C’)	1	Responsável pela condução e controle da equipe – planejamento diário e interlocução com o Fiscal do Contrato.
Podador	1	Responsável pela execução direta dos serviços de poda, corte e extração de árvores, bem como no auxílio aos demais serviços correlatos.
Auxiliar	2	Para auxiliar todas as demandas de serviços, limpeza e conservação dos locais de trabalho, apoio a sinalização e nos demais serviços correlatos.

Equipamentos

Equipamento	Quantidade	Especificação
Caminhão 3/4	1	Máximo 5 anos – com cabine para transporte de passageiros - carroceria aberta, equipado com escada giratória. Plotado.
EPI's	-	Placa de sinalização, luvas, óculos de proteção, protetor auricular e colete refletivo, cones de sinalização, entre outros

Composição LOTE II – CAC's



Cargo	Quantidade	Especificação
Encarregado – com experiência mínima de 2 anos – (CNH ‘C’)	1	Responsável pela condução e controle da equipe – planejamento diário e interlocução com o Fiscal do Contrato.
Podador	1	Responsável pela execução direta dos serviços de poda, corte e extração de árvores, bem como no auxílio aos demais serviços correlatos.
Auxiliar	2	Para auxiliar todas as demandas de serviços, limpeza e conservação dos locais de trabalho, apoio a sinalização e nos demais serviços correlatos.

Equipamentos

Equipamento	Quantidade	Especificação
Caminhão 3/4	1	Máximo 5 anos – com cabine para transporte de passageiros - carroceria aberta, equipado com escada giratória. Plotado.
EPI's	-	Placa de sinalização, luvas, óculos de proteção, protetor auricular e colete refletivo, cones de sinalização, entre outros

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizado levantamento mercadológico com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis no mercado aptas a atender à necessidade administrativa relacionada à execução de serviços de poda, corte, extração de tocos, limpeza e destinação de resíduos provenientes da arborização urbana.

Foram analisadas as seguintes soluções possíveis:

- a) Execução direta pelo Município
- b) Contratação de empresa especializada com equipe fixa mensal (modelo atual)
- c) Contratação por demanda unitária (valor por árvore/intervenção)
- d) Sistema de Registro de Preços

Secretaria Municipal de Obras

Rua José Pereira Liberato, 1899 – Bairro São João
CEP 88.304-400 - Itajaí/SC Telefone: (47) 3228-7979 ou (47) 3348-0303



6.1. Análise das alternativas

a) Execução direta pela Administração

A execução direta exigiria:

- provimento de cargos permanentes no quadro funcional;
- aquisição de veículos específicos (caminhão equipado com escada);
- aquisição de motosserras e demais ferramentas;
- manutenção mecânica e logística própria;
- assunção integral de encargos trabalhistas e previdenciários;
- estrutura administrativa para gestão operacional permanente.

Do ponto de vista econômico e operacional, a solução não se mostra vantajosa, considerando alto custo inicial de aquisição de equipamentos; necessidade de manutenção contínua da frota; inexistência de cargos específicos suficientes no quadro atual; aumento de despesa permanente com pessoal, submetida aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conclui-se que a execução direta não atende aos princípios da economicidade e eficiência previstos no art. 11 da Lei 14.133/2021.

b) Contratação de empresa especializada com equipe fixa mensal

Modelo adotado no contrato anterior, com duas equipes estruturadas, compostas por encarregado, podador e auxiliares, incluindo caminhão equipado e ferramental completo.

Vantagens identificadas:

- previsibilidade orçamentária mensal;
- disponibilidade contínua de equipe;
- maior controle contratual;
- rapidez no atendimento de demandas emergenciais;
- mitigação de risco operacional;
- manutenção da especialização técnica.

c) Contratação por demanda unitária

Modelo em que cada intervenção seria paga individualmente (por árvore podada, cortada ou destocada).

Apesar de possibilitar pagamento apenas pelo serviço efetivamente executado, apresenta riscos:

- imprevisibilidade orçamentária;
- dificuldade de estimativa anual;



- risco de paralisação por ausência de demandas mínimas;
- maior complexidade de fiscalização individualizada.

Além disso, considerando que o Município possui demanda contínua e recorrente, o modelo unitário pode comprometer a disponibilidade imediata de equipe.

d) Sistema de Registro de Preços

O Registro de Preços é recomendado para contratações eventuais e incertas.

No caso concreto, trata-se de serviço contínuo, com necessidade permanente de equipes disponíveis, o que torna o modelo menos adequado.

6.2. Comparativo das soluções

Com base no levantamento mercadológico realizado, procedeu-se à análise comparativa das alternativas identificadas, considerando critérios de viabilidade técnica, econômica e operacional, bem como a capacidade de atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Obras – SMO.

Solução	Viabilidade Técnica	Viabilidade Econômica	Atendimento à Continuidade do Serviço	Observações
Execução direta pelo Município	Baixa	Baixa	Média	Exige elevado investimento inicial, custos permanentes de manutenção e disponibilidade de mão de obra própria, atualmente insuficiente.
Contratação continuada por contrato, com equipe e equipamentos	Alta	Alta	Alta	Garante disponibilidade permanente da equipe, previsibilidade operacional e melhor relação custo-benefício.
Contratação por demanda de serviço (unitária)	Média	Média	Baixa	Possibilita pagamento por serviço efetivamente executado, porém gera imprevisibilidade orçamentária e não garante disponibilidade permanente de equipe, podendo comprometer a continuidade e a resposta a demandas emergenciais.



Registro de Preço por Hora	Média	Baixa	Baixa	Atende demandas pontuais, porém não assegura disponibilidade contínua, prejudicando programação e atendimento a emergências.
----------------------------------	-------	-------	-------	--

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisas preliminares de mercado e em contratações similares, considerando a natureza do serviço, a disponibilidade contínua da equipe e do veículo.

De forma preliminar, apurou-se o valor para 12 meses de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), POR LOTE, com estimativa total para a contratação de 1.350.000,00.

Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Obras dispõe de dotação orçamentária no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para o exercício de 2026, suficiente para suportar a contratação pretendida, observada a regular execução orçamentária e financeira.

A estimativa apresentada possui caráter preliminar, destinada à avaliação da viabilidade econômico-financeira da contratação no âmbito do Estudo Técnico Preliminar, sendo os valores detalhados, as memórias de cálculo e as fontes de pesquisa consolidados no Termo de Referência e nos documentos que instruirão o processo licitatório.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Optou-se pela contratação de modalidade contínua com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. A justificativa para essa escolha é fundamentada nos seguintes fatores:

- Técnica: A necessidade de atendimento ágil e diário para as demandas exige que a equipe esteja integralmente disponível.
- Econômica: Contratar sob regime contínuo garante previsibilidade orçamentária e eficiência no planejamento das operações, reduzindo custos decorrentes de atrasos ou respostas insuficientes.

Com base nos dados obtidos, verificou-se que o serviço ora pretendido é comum no mercado e pode ser contratado com base na Lei nº 14.133/2021, por meio de processo licitatório adequado, na modalidade Pregão na forma eletrônica, conforme critérios de vantajosidade.

Dessa forma, a solução escolhida atende aos requisitos técnicos, operacionais e econômicos, garantindo eficiência e conformidade legal para a execução das atividades demandadas pela SMO.

Secretaria Municipal de Obras

Rua José Pereira Liberato, 1899 – Bairro São João
CEP 88.304-400 - Itajaí/SC Telefone: (47) 3228-7979 ou (47) 3348-0303



9. Justificativa para Contratação por licitação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra

A presente contratação, cujo objeto consiste na prestação de serviços contínuos, envolvendo serviços de Poda, corte e extração de árvores, com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, encontra-se alinhada com os princípios e exigências da Lei nº 14.133/2021.

Ainda que as atividades possuam caráter cotidiano, previsível e permanente, não se trata de atividade-fim típica da Administração Pública, tampouco de funções que requeiram vínculo estatutário ou o exercício de poder de decisão ou autoridade. São, portanto, passíveis de execução indireta, desde que respeitadas as condições legais.

A opção pela prestação de serviço contínuo com dedicação exclusiva de equipe contratada decorre de diagnósticos técnico que aponta:

- I. A necessidade permanente de atendimento a ordens de serviços emergências e programadas;
- II. A inviabilidade de execução direta devido à ausência de pessoal próprio em número e capacitação suficientes, bem como à indisponibilidade de frota e equipamentos operacionais adequados;
- III. A impossibilidade de adoção do modelo por hora (registro de preços), que se revelou antieconômico e ineficaz frente à natureza contínua das demandas.

Conforme dispõe o art. 6º, XXII e XXIII, art. 11 e art. 105 da NLLC, a Administração pode contratar serviços de natureza contínua, desde que observados os princípios da legalidade, economicidade, vantajosidade e eficiência, todos devidamente demonstrados no presente Estudo Técnico Preliminar.

No tocante à dedicação exclusiva da mão de obra, cabe destacar que:

- I. A empresa contratada será integralmente responsável pela gestão de pessoal, supervisão técnica, fornecimento de EPI's e atendimento às normas de segurança e desempenho;
- II. A atuação da Administração se restringirá ao acompanhamento técnico e à fiscalização contratual, conforme preveem os arts. 117 a 120 da NLLC;
- III. As condições contratuais estabelecerão mecanismos de fiscalização do desempenho, metas e controle por resultados, nos termos do art. 103 da NLLC.

A contratação também está em consonância com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, que admite a contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva, desde que observados os requisitos legais e vedada a subordinação direta. A título exemplificativo:

“A terceirização de atividades instrumentais à consecução dos objetivos institucionais da Administração é permitida, desde que haja adequada supervisão e fiscalização do contrato e que não haja subordinação direta dos empregados da contratada aos servidores públicos.” (TCU – Acórdão 2.876/2018 – Plenário).



Portanto, a contratação não caracteriza terceirização ilícita, mas sim instrumento legítimo de gestão contratual, dentro dos limites legais, com o objetivo de garantir continuidade e eficiência de serviços públicos essenciais, conforme entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU 2.876/2018 – Plenário).

10. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizada análise quanto à viabilidade técnica e econômica do parcelamento da contratação. Considerando que o serviço pode ser executado por equipes autônomas e independentes entre si, conclui-se que o objeto é tecnicamente divisível, sem prejuízo à padronização, à qualidade da execução ou à coordenação contratual.

A divisão em dois lotes mostra-se adequada sob os seguintes fundamentos:

I – Ampliação da competitividade, permitindo a participação de empresas de médio porte que eventualmente não disponham de estrutura suficiente para executar simultaneamente duas equipes completas;

II – Mitigação de risco operacional, na medida em que eventual inadimplemento ou paralisação de um lote não comprometerá integralmente a continuidade do serviço público;

III – Melhor distribuição operacional das frentes de trabalho, possibilitando maior cobertura territorial e agilidade no atendimento das demandas da SMO e dos CAC's;

IV – Ausência de prejuízo à economia de escala, uma vez que cada lote constitui unidade operacional completa e autossuficiente, não havendo interdependência técnica entre eles;

V – Manutenção da eficiência administrativa e da padronização contratual, visto que ambos os lotes seguirão as mesmas especificações técnicas e critérios de execução. Registra-se que a não divisão do objeto poderia restringir a competitividade e concentrar a execução em único fornecedor, ampliando o risco contratual e operacional.

Conclui-se, portanto, que o parcelamento em 02 (dois) lotes é técnica e economicamente viável, não acarreta perda de escala, amplia a competitividade e atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, em conformidade com o art. 11 e art. 18, §1º, VIII, da Lei 14.133/2021.



11. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O objeto da presente contratação não possui vinculação direta ou interdependência com outros contratos vigentes. Trata-se de contratação específica destinada a complementar as atividades de manutenção, conservação e zeladoria urbana executadas pela Secretaria Municipal de Obras.

Dessa forma, a contratação atua como medida de apoio e reforço operacional, sem caracterizar sobreposição contratual, garantindo a eficiência na execução dos serviços públicos essenciais enquanto se mantêm as atividades regulares da Secretaria Municipal de Obras.

12. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Com a implementação da solução escolhida, a Administração pretende alcançar resultados concretos em termos de economicidade, eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Espera-se, como resultado principal, a garantia de disponibilidade contínua de equipe veículo adequados para apoio às atividades da Secretaria Municipal de Obras – SMO, assegurando a regularidade dos serviços de manutenção e conservação urbana.

Em termos financeiros, a contratação possibilita planejamento orçamentário mais eficiente, com custos definidos e proporcionais à necessidade do serviço, assegurando melhor controle dos gastos públicos e alinhamento aos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público.

13. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá adotar as seguintes providências, com vistas a assegurar a regularidade, a viabilidade técnica e a adequada execução do objeto:

13.1. Verificação de documentos de habilitação

Conferência da documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e econômico-financeira da empresa vencedora, em conformidade com a legislação vigente e com as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

13.2. Conferência das condições técnicas dos equipamentos e qualificação da equipe proposta



Verificação das condições técnicas do caminhão a ser disponibilizado, bem como da regularidade e adequação dos postos de serviços indicados, assegurando que atendam aos requisitos mínimos de segurança, habilitação e capacitação necessários à execução do serviço.

13.3. Aprovação do Plano de Trabalho

Análise e aprovação do Plano de Trabalho a ser apresentado pela contratada, contemplando a organização operacional, a alocação dos veículos por lote, os procedimentos de atendimento às demandas e as rotinas de comunicação com a fiscalização da Administração.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A execução dos serviços de poda, corte, extração de tocos, limpeza e retirada de resíduos da arborização urbana possui potencial de gerar impactos ambientais que devem ser previamente identificados e mitigados, em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto no art. 11, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.1. Possíveis impactos ambientais

- I – Geração de resíduos orgânicos (galhos, troncos, folhas e raízes);
- II – Emissão de ruídos decorrentes da utilização de motosserras e veículos;
- III – Emissão de gases poluentes provenientes dos veículos e equipamentos motorizados;
- IV – Risco de destinação inadequada dos resíduos vegetais;
- V – Risco de intervenções indevidas em espécimes arbóreos sem autorização técnica.

14.2. Medidas mitigadoras a serem exigidas da contratada

- I – Realizar a segregação, recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos vegetais, sendo vedada a queima de material orgânico em vias públicas ou áreas abertas;
- II – Priorizar, sempre que possível, o reaproveitamento dos resíduos para fins de compostagem, cobertura vegetal ou destinação a locais indicados pela Administração, observadas as diretrizes do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- III – Utilizar equipamentos em bom estado de conservação, com manutenção periódica, a fim de reduzir emissão excessiva de poluentes atmosféricos e ruídos;
- IV – Adotar técnicas de poda adequadas, evitando supressões desnecessárias e preservando a saúde das espécies arbóreas;
- V – Executar cortes e extrações somente mediante autorização do órgão competente, garantindo conformidade com a legislação ambiental aplicável;
- VI – Utilizar práticas que minimizem danos ao solo e às estruturas urbanas durante o destocamento;
- VII – Assegurar que todos os trabalhadores utilizem Equipamentos de Proteção Individual e que a área de intervenção esteja devidamente sinalizada, reduzindo riscos ambientais e de segurança.

15. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO:

Paulo Ricardo da Silva
Matrícula: 1629502

INTEGRANTE REQUISITANTE:

Adilaine Cristina Furtado
Matrícula: 1408805

Ana Paula Pelegrini
Matrícula: 1097803

16. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e assinado digitalmente.
Itajaí/SC, 16 de março de 2026.

Tarcizio Zanelato
Secretário de Obras